



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640245 - SC (2021/0014071-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
THIAGO BURLANI NEVES - SC036518
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : LEONARDO TORRES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEONARDO TORRES DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Agravado em Execução Penal n. 5059291-30.2020.8.24.0023/SC).

O paciente foi condenado pela prática de dois crimes de roubo, tendo o Juízo da Vara de Execuções Penais da comarca da Capital realizado o somatório das penas que lhe foram cominadas, deixando de reconhecer a continuidade delitiva.

O impetrante sustenta que os delitos teriam sido praticados nas mesmas condições de tempo e local, e com o mesmo *modus operandi*, o que ensejaria a aplicação do art. 71 do Código Penal.

Alega que, para o reconhecimento do crime continuado, seria necessário o preenchimento apenas dos requisitos objetivos previstos no referido dispositivo legal.

Aduz que a exigência de unidade de desígnios para a incidência da continuidade delitiva violaria o princípio da legalidade.

Argumenta que, ainda que se considere necessária a presença do requisito subjetivo, haveria vínculo entre os crimes, consistente no auferimento de vantagem financeira decorrente dos valores subtraídos.

Requer, liminarmente e no mérito, o reconhecimento da continuidade delitiva entre os roubos pelos quais o paciente foi condenado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência